

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório da Diretoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações de fluxos de caixa - Método Indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

BANCO DE LAGE LANDEN BRASIL S.A.

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Prezados senhores:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2014. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei n.º 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, em conformidade do que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil.

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. (“Banco DLL”) fornece serviços de alta qualidade para favorecer o financiamento de compras para seus parceiros globais e locais dentro do conceito chamado de “Vendor Finance”.

No decorrer do primeiro semestre de 2014, o Banco DLL empregou esforços no suporte às atividades vinculadas ao setor agrícola, promovendo entre os produtores rurais financiamentos para investimentos em máquinas, equipamentos e implementos. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de crédito, em sua maioria com recursos oriundos dos programas do BNDES, no montante total de R\$ 424 milhões. Adicionalmente, atuou no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas usados e concedeu também, empréstimos para compras de máquinas novas para formação de estoque das concessionárias conveniadas, no montante de R\$ 246 milhões.

No primeiro semestre de 2014, o Banco DLL renegociou as dívidas agrícolas atendendo às normas introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional-CMN nos termos das Resolução n.º 3.772 de 26 de agosto de 2009, inclusive alterações posteriores proporcionadas pela Resolução n.º 3.979 de 31 de maio de 2011, 4.041 de 15 de dezembro de 2011, 4.048 de 26 de janeiro de 2012, 4.057 de 29 de fevereiro de 2012, 4.070 de 26 de abril de 2012, 4.082 de 22 de maio de 2012, 4.188 de 28 de fevereiro 2013, 4.220 de 05 de junho de 2013, 4.289 de 22 de novembro de 2013, foram concedidos novos prazos de vencimentos às prestações vencidas e vincendas em 2011, 2012 e 2013.

Alinhado ao desenvolvimento do país e em linha com a estratégia de crescimento e de diversificação de produtos, o Banco DLL também direcionou seus esforços com o objetivo de proporcionar linhas de crédito diferenciadas, incluindo arrendamento mercantil para equipamentos relacionados à Indústria de Construção e Transporte - “Construction, transportation & Industrial”, Equipamentos de Informática e Softwares- “Office & Technology” e Equipamentos Médico-Hospitalares - “Health Care”, atingindo um volume total de liberação de crédito total de cerca de R\$ 57 milhões.

Porto Alegre, 28 de agosto de 2014.

A Diretoria,



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP -
Brasil Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À
Diretoria do
Banco De Lage Landen Brasil S.A.
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de classificada no ativo permanente, conforme mencionado

na nota explicativa nº 3.e. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099 /74, para as rubricas do ativo circulante e realizável em longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do semestre e do patrimônio líquido findo em 30 de junho de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 28 de agosto de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Silbert Christo Sasdelli Júnior
Contador CRC 1SP230685/O-0

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante	2.104.592	1.954.708	Circulante	1.739.991	1.841.263
Disponibilidades	236	915	Depósitos (Nota 8)	-	273.088
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	438.092	251.164	Depósitos Interfinanceiros	-	273.088
Aplicações em depósitos interfinanceiros	123.177	100.931	Obrigações por empréstimos	159.816	134
Aplicações no mercado aberto	314.915	150.233	Empréstimos no país - outras instituições	141	134
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	97.403	Empréstimos no exterior (nota 9)	159.675	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	15.891	Obrigações por repasse do País - instituições oficiais (Nota 11)	1.316.240	1.229.427
Vinculados ao Banco Central	-	81.512	FINAME/BNDES	1.316.240	1.229.427
Relações interfinanceiras	10.586	9.941	Instrumentos financeiros derivativos (nota 5b)	16.604	-
Correspondentes no país	10.586	9.941	Instrumentos financeiros derivativos	16.604	-
Operações de crédito (Nota 6)	1.563.064	1.550.876	Obrigações por repasse do exterior (Nota 10)	-	113.705
Setor privado	1.675.638	1.690.940	Repasses do exterior	-	113.705
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(112.574)	(140.064)	Outras obrigações	247.331	224.909
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(13.206)	(9.979)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	175	88
Arrendamentos a receber - Setor privado	165.936	223.112	Fiscais e previdenciárias (Nota 12a)	41.990	32.581
Rendas de arrendamentos a apropriar - Setor privado	(164.719)	(221.718)	Diversas (Nota 12c)	205.166	192.240
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(14.423)	(11.373)	Exigível a longo prazo	3.316.017	3.488.312
Outros créditos	102.718	44.800	Obrigações por repasse do País - Instituição oficiais (Nota 11)	3.165.638	3.308.622
Créditos por avais e fianças honradas	2.876	2.389	FINAME/BNDES	3.165.638	3.308.622
Rendas a receber	2.501	3.455	Obrigações por empréstimos	390	534
Diversos (Nota 7)	100.134	41.323	Empréstimos no País - outras instituições	390	534
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(2.793)	(2.367)	Outras obrigações	149.989	179.156
Outros valores e bens	3.102	9.588	Fiscais e previdenciárias (Nota 12a)	29.568	31.692
Outros valores e bens	6.404	7.048	Diversas (Nota 12c)	120.421	147.464
Provisão para desvalorização	(3.640)	(2.850)	Resultados de exercícios futuros (Nota 15)	5.769	11.518
Despesas antecipadas	338	5.390	Resultado de exercícios futuros	5.769	11.518
Realizável a longo prazo	3.198.033	3.399.733	Patrimônio líquido (Nota 16)	770.665	691.041
Operações de crédito (Nota 6)	3.055.681	3.201.493	Capital:		
Setor privado	3.166.756	3.321.749	De domiciliados no país	456.751	456.751
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(111.075)	(120.256)	De domiciliados no exterior	16	16
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(3.429)	(9.880)	Reserva de lucros	313.898	234.355
Arrendamentos a receber - Setor privado	132.548	220.879	Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	(81)
Rendas de arrendamentos a apropriar - Setor privado	(131.577)	(219.499)			
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(4.400)	(11.260)			
Outros créditos	145.781	208.120			
Diversos (Nota 7)	145.781	208.120			
Permanente	529.817	677.693			
Investimentos	36	36			
Outros investimentos	36	36			
Imobilizado em uso	6.108	4.151			
Outras imobilizações de uso	11.054	9.759			
Depreciação acumulada	(4.946)	(5.608)			
Imobilizado de arrendamento	523.673	673.499			
Bens arrendados	615.660	691.940			
Superveniência de depreciação	244.126	158.460			
Depreciação acumulada	(336.113)	(176.901)			
Diferido	-	7			
Gastos de organização e expansão	2.328	2.669			
Amortização acumulada	(2.328)	(2.662)			
	5.832.442	6.032.134		5.832.442	6.032.134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	2014	2013
Receitas da intermediação financeira	<u>339.642</u>	<u>265.589</u>
Operações de crédito	145.074	164.338
Operações de arrendamento mercantil	191.134	86.575
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18.551	11.185
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(15.117)	3.491
Despesas da intermediação financeira	<u>(199.915)</u>	<u>(196.097)</u>
Operações de captações no mercado	(1)	(9.108)
Operações de empréstimos e repasses	(31.929)	(68.160)
Operações de arrendamento mercantil	(170.905)	(58.878)
Reversão / (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	2.920	(59.951)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>139.727</u>	<u>69.492</u>
Outras receitas/(despesas) operacionais	<u>(68.551)</u>	<u>2.375</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	34.235	62.634
Receitas de tarifas bancárias	79	180
Despesas de pessoal (Nota 18)	(31.927)	(24.775)
Outras despesas administrativas (Nota 19)	(65.675)	(27.008)
Despesas tributárias (Nota 25 a)	(15.508)	(12.908)
Outras receitas operacionais (Nota 20)	13.175	6.458
Outras despesas operacionais (Nota 20)	(2.930)	(2.206)
Resultado operacional	<u>71.176</u>	<u>71.867</u>
Resultado não operacional	<u>(72)</u>	<u>(422)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	<u>71.104</u>	<u>71.445</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)	<u>(28.171)</u>	<u>(28.403)</u>
Provisão para imposto de renda	(10.344)	(17.077)
Provisão para contribuição social	(8.243)	(13.186)
Ativo fiscal diferido	(9.584)	1.860
Lucro líquido do semestre	<u><u>42.933</u></u>	<u><u>43.042</u></u>
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações	<u>456.767</u>	<u>456.767</u>
Lucro líquido por ação - R\$	<u>0,09</u>	<u>0,09</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Capital Social		Reserva de lucros		Ajuste ao valor de mercado de TVM	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Aumento de capital	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2012	376.206	-	11.981	179.332	-	-	567.519
Aumento de Capital (nota 16 a)	-	80.561	-	-	-	-	80.561
Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(81)	-	(81)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	43.042	43.042
Destinação:							
Reserva legal (Nota 16 c)	-	-	2.152	-	-	(2.152)	-
Reserva Estatutária (Nota 16 d)	-	-	-	40.890	-	(40.890)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>376.206</u>	<u>80.561</u>	<u>14.133</u>	<u>220.222</u>	<u>(81)</u>	<u>-</u>	<u>691.041</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013	456.767	-	15.964	255.001	-	-	727.732
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	42.933	42.933
Destinação:							
Reserva legal (Nota 16 c)	-	-	2.147	-	-	(2.147)	-
Reserva Estatutária (Nota 16 e)	-	-	-	40.786	-	(40.786)	-
Saldos em 30 de junho de 2014	<u>456.767</u>	<u>-</u>	<u>18.111</u>	<u>295.787</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>770.665</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco De Lage Landen Brasil S.A.

Demonstrações de fluxos de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	64.679	100.538
Lucro líquido do semestre	42.933	43.042
Ajustes ao lucro líquido		
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(2.920)	59.951
Depreciações e amortizações	851	618
Provisão para passivos contingentes	(958)	1.937
Variação nos impostos diferidos	9.584	(1.860)
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	15.117	(3.491)
Resultado não operacional	72	422
Ajuste de títulos e valores mobiliários ao valor de mercado	-	(81)
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	217.894	(301.827)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(17.524)	(81.512)
Redução em aplicações interfinanceiras	-	183.990
(Aumento) em outras relações interfinanceiras e interdependências	(910)	(566)
Redução/(aumento) em operações de crédito	158.779	(387.749)
Redução/(aumento) em operações de arrendamento mercantil	78.181	(14.886)
(Aumento) em rendas a receber	(672)	(1.487)
Redução em outros ativos	40	383
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	(149.239)	391.778
Aumento em depósitos interfinanceiros	-	9.108
(Redução)/aumento em empréstimos e repasses	(132.389)	360.246
Aumento em outras obrigações	16.666	58.929
Contingências (utilizadas)	(1.050)	(1.307)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(29.951)	(35.431)
(Redução)/aumento em resultados de exercícios futuros	(2.515)	233
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	133.334	190.489
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(Aquisição) de imobilizado de uso	(3.275)	(1.221)
Baixa de imobilizado de uso	205	265
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(3.070)	(956)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Valor recebido na liquidação de derivativos	18.144	7.690
Aumento de capital	-	80.561
Redução na dívida subordinada	-	(32.454)
Redução nos empréstimos do exterior	(13.456)	(95.594)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	4.688	(39.797)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	134.952	149.736
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 22)		
No início do semestre	180.199	1.412
No fim do semestre	315.151	151.148
	134.952	149.736

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Banco) foi constituído em 06 de março de 2002 e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembléia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 03 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002.

O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente o Banco atua no segmento de “Office & Technology”, direcionado a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, “Health Care”, que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de “Construction, Transportation and Industrial”, englobando as atividades de “Machine Tools” e “Materials Handling & Constructions”, que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico e no segmento de “Financial & Mobility Solutions” que visa oferecer produtos de leasing ao Banco Rabobank e bancos parceiros.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei n.º 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, dentro daquilo que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em 28 de agosto de 2014, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

a. Apuração de resultados

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência.

b. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 8 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira é apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular n.º 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do BACEN, obedecendo ao seguinte critério para as operações de swap: os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

As operações com instrumentos financeiros derivativos registradas em 30 de junho de 2013 são avaliadas, na data do balanço, a valor de mercado sendo que o ajuste é contabilizado em contas de receitas ou despesas, no resultado do período.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos registrados em 30 de junho de 2013 corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos registrados em 30 de junho de 2014 não são marcadas pela curva de mercado, pois foram contratados com o mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação e não podem ser negociado antecipadamente ou liquidado em separado da operação associada.

d. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações a decorrer superior a 36 meses.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A Administração adota a contagem de prazo em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do artigo 4º da Resolução nº 2.682/99 do CMN.

Em caso de renegociação das parcelas vencidas junto aos clientes em situação de inadimplência, aplicam-se as políticas internas do Banco em consonância com a regulamentação vigente. Nesses casos os juros param de ser apropriados para fins contábeis e os ratings são congelados, permanecendo congelados até haver pagamento substancial do total do valor renegociado ou uma reavaliação de crédito.

As análises para concessão de acordos são realizadas de forma individual e leva em consideração o saldo devedor, a quantidade de parcelas, condições de solvabilidade do cliente e disposição dos clientes em efetuar a regularização de sua situação, para poder ter acesso a novos créditos.

e. Operações de arrendamento mercantil

As operações de arrendamento são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas são apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica “valores residuais e realizar”, tendo como contrapartida a conta de “valores residuais a balancear”, no grupo de operações de arrendamento mercantil.

O prejuízo ao final do contrato, apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificado em Imobilizado de Arrendamento.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais.

A classificação das operações de arrendamento mercantil e a constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações a decorrer superior a 36 meses.

As rendas de operações de arrendamento mercantil vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Caso as operações de arrendamento mercantil tivessem sido apresentadas nas rubricas de arrendamento a receber, pelo valor presente, e de receitas de arrendamento mercantil, os saldos seriam apresentados como segue:

2014			
	Saldos nas Demonstrações Financeiras	Reclassificações	Saldos Reclassificados
Operações de arrendamento a receber	2.188	252.497	254.686
Ativo circulante	1.217	140.370	141.589
Ativo realizável a longo prazo	971	112.127	113.097
Imobilizado de arrendamento (2)	523.673	(523.673)	-
Outras obrigações - Diversas			
Credores por antecipação do valor residual (1)	271.175	(271.175)	
Passivo circulante	150.754	(150.754)	-
Passivo exigível a longo prazo	120.421	(120.421)	-
Receitas de operações de arrendamento mercantil	191.134	(170.905)	20.229
Despesas de operações de arrendamento mercantil	(170.905)	170.905	-

- (1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do veículo ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.
- (2) No balanço para fins de publicação o saldo do ativo diferido referentes a perdas em arrendamento a amortizar no valor de R\$ 3.862 está sendo classificado em imobilizado de arrendamento, totalizando R\$ 523.673.

2013			
	Saldos nas Demonstrações Financeiras	Reclassificações	Saldos Reclassificados
Operações de arrendamento a receber	2.774	375.153	377.927
Ativo circulante	1.394	188.523	189.917
Ativo realizável a longo prazo	1.380	186.630	188.010
Imobilizado de arrendamento (2)	673.499	(673.499)	-
Outras obrigações - Diversas			
Credores por antecipação do valor residual (1)			
Passivo circulante	148.957	(148.957)	-
Passivo exigível a longo prazo	147.462	(147.462)	-
Receitas de operações de arrendamento mercantil	86.575	(58.878)	27.697
Despesas de operações de arrendamento mercantil	(58.878)	58.878	-

- (1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do veículo ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.
- (2) No balanço para fins de publicação o saldo do ativo diferido referentes a perdas em arrendamento a amortizar no valor de R\$ 1.928 está sendo classificado em imobilizado de arrendamento, totalizando R\$ 673.499.

f. Ativo permanente

O imobilizado de uso é depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pela Portaria nº 140/84 e nº 113/86 do Ministério da Fazenda está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas de acordo com a vida útil do bem conforme legislação fiscal, e aceleradas em 30%, quando aplicável. Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a regulamentação do BACEN, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento é calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante é registrado na conta de insuficiência/superveniência de depreciação acumulada.

O ativo diferido está representado por gastos com benfeitorias em imóveis de terceiros e está sendo amortizado de acordo com o prazo do respectivo contrato de aluguel. Conforme determina a legislação vigente, o saldo dos ativos diferidos será mantido até a sua total amortização e as novas aquisições serão registradas em contas de ativo intangível ou do imobilizado de uso.

g. Redução a valor recuperável de ativos

O ativo imobilizado, intangível e diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

h. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro líquido e ajustadas conforme legislação fiscal.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- (i) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- (ii) Ter expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

i. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais

(i) Ativos e passivos contingentes

Ativos contingentes

São divulgados quando for possível a entrada de benefícios econômicos. Ativos contingentes se tornam ativos e são reconhecidos contabilmente quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos.

Passivos contingentes

Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da instituição. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização freqüente.

São constituídas provisões para os casos classificados e estimados como Perda Provável em que o “valor do risco de perda” pode ser determinado ou estimado de forma confiável.

(ii) Obrigações legais

Representadas por exigíveis relativos às obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independente da avaliação dos consultores jurídicos e da Administração.

j. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representadas por contas correntes e aplicações interfinanceiras cujos vencimentos na data de origem seja igual ou inferior a 90 dias.

k. Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

l. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

m. Moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As receitas e despesas em moeda estrangeira foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data do registro contábil. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2014 e 2013 a composição da carteira está demonstrada como segue:

	2014	2013
	Venc. até 1 ano	Venc. até 1 ano
Aplicações em operações compromissadas:		
Posição bancada	314.915	150.233
Aplicações em depósitos interfinanceiros:		
Certificados de depósitos interfinanceiros	123.177	100.931
Total	438.092	251.164

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos classificados na categoria “disponível para venda” são aqueles cuja administração não possui intenção de mantê-los até o vencimento nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e freqüentemente negociados. Em 30 de junho de 2014 não havia saldo em aberto para Títulos e Valores Mobiliários, sendo que a composição da carteira referente a 30 de junho de 2013 com vencimento em 01/07/2014 e liquidado em 17/06/2013 está demonstrada como segue:

	2013
	Valor de Mercado
Letras Financeiras do Tesouro- LFT	81.512
Total	81.512

Os títulos públicos estavam escriturais e registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil.

Não foram efetuadas reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários durante o semestre.

b. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por operações de *swap*, as quais são utilizadas prioritariamente para compensar as variações relacionadas ao descasamento da estrutura de ativos e passivos.

As operações são negociadas, registradas e custodiadas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos são registrados em contas de compensação, e valores de mercado, em contas patrimoniais na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos”.

	2014			2013
	Passivo			Ativo
Swaps	Valor de referência	Venc. até 1 ano	Valor da curva	Valor de mercado
Dólar x CDI	168.850	(16.604)	(16.604)	-
Dólar x CDI	89.865	-	-	15.891
Total		(16.604)	(16.604)	15.891

6 Operações de crédito

a. Composição das operações de crédito e arrendamento mercantil

	2014	2013
Empréstimos	135.515	196.321
Financiamentos	496.239	574.820
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.210.640	4.241.548
Arrendamento Mercantil (1)	254.685	377.927
Avais e fianças honrados (vide Nota 25.b)	2.876	2.389
Títulos e Créditos a Receber (2)	1.414	4.992
Subtotal	5.101.369	5.397.997
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(245.265)	(285.320)
Total	4.856.104	5.112.677

(1) Saldo apresentado pelo valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais (vide Nota 3.e).

(2) Refere-se a operações de compra de recebíveis, registrado na rubrica de outros créditos diversos (vide Nota 7).

b. Composição da carteira por tipo de cliente

	2014		2013	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	3.952.058	(186.935)	4.000.219	(216.339)
Pessoa jurídica	1.149.311	(58.330)	1.397.778	(68.981)
Total	5.101.369	(245.265)	5.397.997	(285.320)

c. Composição da carteira de crédito por atividade econômica

	2014	2013
Setor privado		
Rural	4.350.445	4.445.251
Outros Serviços	750.924	952.746
Total	5.101.369	5.397.997

d. Concentração dos maiores tomadores de crédito

	2014			2013		
	%			%		
	Valor	Carteira	Patrimônio de referência	Valor	Carteira	Patrimônio de referência
Maior	30.585	0,60%	3,97%	32.803	0,61%	5,55%
10 maiores seguintes	151.177	2,96%	19,62%	168.674	3,12%	28,54%
20 maiores seguintes	127.024	2,49%	16,48%	129.303	2,40%	21,88%
Demais	4.792.583	93,95%		5.067.217	93,87%	
Total	5.101.369	100,00%		5.397.997	100,00%	

e. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

2014					
Nível de risco	Contratos em curso normal	Contratos em atraso	Total	Provisão mínima (Res. nº 2.682/99)	
				%	Valor
A	3.661.550	-	3.661.550	0,5%	(18.308)
B	386.104	31.516	417.620	1,0%	(4.176)
C	559.809	45.082	604.891	3,0%	(18.147)
D	157.610	44.368	201.978	10,0%	(20.198)
E	7.599	14.320	21.919	30,0%	(6.575)
F	10.021	12.407	22.428	50,0%	(11.214)
G	3.972	10.483	14.455	70,0%	(10.119)
H	77.385	79.143	156.528	100,0%	(156.528)
Total	4.864.050	237.319	5.101.369		(245.265)

2013					
Nível de risco	Contratos em curso normal	Contratos em atraso	Total	Provisão mínima (Res. nº 2.682/99)	
				%	Valor
A	3.951.551	75.190	4.026.741	0,5%	(20.134)
B	457.396	34.793	492.189	1,0%	(4.922)
C	373.855	61.910	435.765	3,0%	(13.073)
D	116.178	41.897	158.075	10,0%	(15.808)
E	12.936	29.534	42.470	30,0%	(12.741)
F	11.771	23.735	35.506	50,0%	(17.753)
G	3.889	17.317	21.206	70,0%	(14.844)
H	72.324	113.721	186.045	100,0%	(186.045)
Total	4.999.900	398.097	5.397.997		(285.320)

O Banco adotou como política não classificar operações de crédito com nível de risco “AA”.

f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2014	2013
Saldo inicial no período	280.221	259.569
(Reversão)/Constituição	(2.920)	59.951
Constituição por conta de reclassificação de operações anteriormente lançadas a prejuízo (1)	53.764	37.920
Créditos baixados contra prejuízo	(84.800)	(72.120)
Saldo final no período	245.265	285.320
Créditos recuperados	24.811	24.829

- (1) As operações de crédito que já haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação e que foram objeto de renegociação e acordos, classificadas nas contas patrimoniais com nível de risco "H", passando a figurar no balanço patrimonial.

g. Composição da carteira por vencimento

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	2014	2013
A vencer:		
Até 30 dias	162.074	147.275
De 31 a 60 dias	165.522	183.902
De 61 a 90 dias	189.936	216.851
De 91 a 180 dias	554.240	572.435
De 181 a 360 dias	676.270	661.534
Subtotal	1.748.042	1.781.997
Acima de 360 dias	3.281.212	3.511.509
Total	5.029.254	5.293.506
Vencidas:		
Até 30 dias	22.418	24.353
De 31 a 60 dias	12.258	18.405
De 61 a 90 dias	6.946	11.081
De 91 a 180 dias	12.423	18.232
De 181 a 540 dias	18.070	32.420
Total	72.115	104.491
Total geral	5.101.369	5.397.997

h. Garantias

Em 30 de junho de 2014 e 2013, em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Banco tinha constituído, a seu favor, notas promissórias, penhores, hipotecas e alienações fiduciárias, cédulas de crédito rural e cédulas de crédito bancário.

i. Renegociações e prorrogações

O Banco no decorrer normal das operações, continua com seus esforços em recuperar a solvabilidade de seus clientes em situação de inadimplência, promovendo acordos administrativos, procurando o enquadramento no que for possível das condições econômico/financeiras de seus clientes.

O Banco aplica também as normas introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional-CMN nos termos das Resolução nº 3.772 de 26 de agosto de 2009 , inclusive alterações posteriores proporcionadas pela Resolução nº 3.979 de 31 de maio de 2011, 4.041 de 15 de dezembro de 2011, 4.048 de 26 de janeiro de 2012, 4.057 de 29 de fevereiro de 2012, 4.070 de 26 de abril de 2012, 4.082 de 22 de maio de 2012, 4.188 de 28 de fevereiro 2013, 4.220 de 05 de junho de 2013, 4.289 de 22 de novembro de 2013, foram concedidos novos prazos de vencimentos às prestações vencidas e vincendas em 2011, 2012 e 2013.

O volume total de créditos renegociados durante o foi de R\$ 130.661 (R\$ 263.675 em 30 de junho de 2013).

7 Outros créditos - diversos

	2014	2013
Créditos tributários de imposto de renda (vide Nota 13.b)	149.230	149.340
Créditos tributários de contribuição social (vide Nota 13.b)	89.537	89.603
Títulos e Créditos a Receber (1)	1.414	4.992
Devedores por depósitos em garantia	3.090	3.765
Devedores diversos - País	1.805	709
Adiantamentos e antecipações salariais	716	688
Outros	123	346
Total	245.915	249.443

(1) Refere-se a compra de recebíveis com características de concessão de crédito (vide Nota 6).

8 Depósitos

Captação no Mercado Interbancário

Em 2013, referem-se a operações de captações de recursos. A composição da carteira está demonstrada como segue:

	2013
Depósitos Interfinanceiros	
Terceiros (1)	273.088
Total	273.088

(1) Taxa de negociação em 30 de junho de 2013 era de 98% a 105% do CDI sendo que não havia saldo em aberto para 30 de junho de 2014.

9 Obrigações por empréstimos no exterior

Em 30 de junho de 2014 está representada por 2 captações no exterior, sendo uma junto a Cooperatieve Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. “Rabobank Nederland” no valor nominal de US\$ 50 milhões e outra com Banco Itaú BBA S.A. no valor nominal de US\$ 22

milhões, sob a forma de empréstimo em moeda estrangeira, sobre os quais incidem variação cambial e acréscimos de juros.

Principal (em US\$)	Emissão	Vencimento	Taxa de juros	2014	2013
50 milhões	20/02/2014	20/02/2015	0,77% a.a.	110.432	-
22 milhões	21/11/2013	21/11/2014	2,05% a.a.	49.243	-
Total				159.675	-

Não havia saldo em aberto para 30 de junho de 2013.

10 Obrigações por repasses do exterior

Em 30 de junho de 2013 estava representada por 1 captação no exterior junto ao Cooperatieve Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. "Rabobank Nederland" sob a forma de repasse em moeda estrangeira no valor nominal de US\$ 50 milhões, sobre os quais incidem variação cambial e acréscimos de juros, tendo sido liquidada em 07 janeiro de 2014.

Tranche (em US\$)	Emissão	Vencimento	Taxa de juros	2014	2013
50 milhões	13/02/2012	07/01/2014	1,78% a.a.	-	113.705
Total				-	113.705

11 Obrigações por repasses do País

Representados por recursos provenientes do BNDES, por meio da sua Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com vencimentos até 2023 com incidência de encargos financeiros pré-fixados de 2,50% a 13,95% ao ano e pós-fixados de 3,25% e 4,00% acrescidos de TJLP. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão de intermediação.

Finame/BNDES	2014	2013
Vencimento até 3 meses	336.738	323.101
Vencimento de 3 meses a 12 meses	979.502	906.326
Vencimentos acima de 12 meses	3.165.638	3.308.622
Total	4.481.878	4.538.049

12 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2014	2013
Provisão para contribuição social sobre o lucro (1)	1.640	9.644
Provisão para imposto de renda sobre o lucro (2)	3.695	9.255
Provisão para imposto de renda diferido (vide nota 13 b)	61.031	39.615
Impostos e contribuições sobre salários a pagar	2.020	1.918
COFINS a pagar	989	1.199
Provisão para riscos fiscais (vide nota 14)	1.383	1.150
ISS s/serviços a pagar	448	695
PIS a pagar	161	195
Outros impostos e contribuições	191	602
Total	71.558	64.273

- (1) Na provisão para contribuição social sobre o lucro no valor de R\$ 8.243 (R\$ 13.126 para 30 de junho de 2013) está deduzido os pagamentos por estimativas de R\$ 6.603 (R\$ 3.482 para 30 de junho de 2013) restando o valor a pagar de R\$ 1.640 (R\$ 9.644 para 30 de junho de 2013).
- (2) Na Provisão para imposto de renda sobre o lucro no valor de R\$ 10.344 (R\$ 16.977 para 30 de junho de 2013) está deduzido os pagamentos por estimativas de R\$ 6.649 (R\$ 7.722 para 30 de junho de 2013) restando o valor a pagar de R\$ 3.695 (R\$ 9.255 para 30 de junho de 2013).

b. Dívida subordinada

Em 23 de maio de 2013 ocorreu a liquidação antecipada da dívida subordinada, que estava representada por recursos captados no exterior junto ao De Lage Landen International B.V. sob a forma de dívida subordinada no valor nominal de US\$ 15 milhões, sobre os quais incidiam variação cambial e acréscimo de juros de 7,27% ao ano, pagos anualmente, e principal vencível em 15 de março de 2015. O Banco possuía autorização do BACEN para inclusão dessa operação no cálculo do patrimônio de referencia (nível II), para fins de apuração dos limites operacionais conforme determinado pela Resolução nº 3.444 de 28 de fevereiro de 2007 do CMN.

c. Diversas

	2014	2013
VRG recebido antecipadamente (1)	271.175	296.419
Outros passivos contingentes (2)	3.073	3.821
Provisões para passivos contingentes (vide nota 14)	5.965	6.989
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	40.129	16.970
Recebimentos a repassar (4)	3.266	3.540
Operações de crédito e Finame a liberar (5)	-	3.520
Recebimentos de cobrança a processar (6)	1.654	2.253
Outros valores a pagar (7)	325	6.192
Total	325.587	339.704

- (1) Refere-se a valores recebidos à título de valor residual garantido (VRG) antecipado das operações de arrendamento mercantil firmadas pelo Banco.
- (2) Refere-se a provisão adicional sobre o contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação.
- (3) Referem-se, a provisões relativas a despesas de pessoal e outras despesas administrativas.
- (4) Estas parcelas encontram-se em processo de identificação dos beneficiários para serem futuramente repassadas.
- (5) Representado por valores a serem repassados às concessionárias relativos aos contratos de FINAME, firmados em junho.
- (6) Refere-se a valores recebidos em cobrança de operações de crédito ainda não identificados.
- (7) Parcelas que encontram-se em processo de identificação dos beneficiários para serem futuramente devolvidas.

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstração do cálculo

	2014		2013	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro	71.104	71.104	71.445	71.445
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos				
Diferenças Temporárias	(28.613)	(16.210)	(2.704)	15.836
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.945)	(2.945)	59.951	59.951
Operações de crédito transferidas para prejuízo	(29.184)	(29.184)	(32.245)	(32.245)
Rendas a apropriar Op.de Crédito	(6.680)	(6.680)	(11.275)	(11.275)
Provisão para contingência	(2.420)	(2.420)	317	317
Superveniência de depreciação	(12.403)	-	(18.540)	-
Provisões Serviços Técnicos e Encargos	21.422	21.422	0	0
Outros	3.598	3.598	(912)	(912)
Diferenças Permanentes	114	56	224	224
Despesas não-dedutíveis	114	56	224	224
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	42.606	54.951	68.965	87.505
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas de 25% e 15% respectivamente, deduzidos dos incentivos fiscais	(10.344)	(8.243)	(16.977)	(13.126)
Ajuste de IRPJ e CSLL do ano de 2013	-	-	(100)	(60)
Crédito tributário	(7.153)	(2.431)	(676)	2.376
Ajuste Crédito Tributário do ano de 2013	-	-	100	60
Total da provisão para imposto de renda e contribuição social	17.497	10.674	(17.653)	(10.750)

b. Movimento dos créditos tributários

Os créditos tributários no valor de R\$ 238.767 (R\$ 238.943 em 30 de junho de 2013) encontram-se classificados na rubrica “Outros créditos - diversos” e no valor de R\$ 61.031 (R\$ 39.615 em 30 de junho de 2013) encontram-se classificados na rubrica “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias”. Sua movimentação durante o semestre está apresentada a seguir:

	Ativo			
	Saldos em 31.12.2013	Constituição / (realização)	Saldos em 30.06.2014	Saldos em 30.06.2013
Provisão para devedores duvidosos	112.088	(13.992)	98.096	114.128
Operações de crédito transferidas para prejuízo	113.526	1.141	114.667	105.833
Provisão para contingência	5.137	(968)	4.169	4.784
Rendas a apropriar Op. De Crédito	9.977	(2.673)	7.304	9.147
Outros	4.523	10.008	14.531	5.051
Saldo	245.251	(6.484)	238.767	238.943
	Passivo			
	Saldos em 31.12.2013	(Constituição) /realização	Saldos em 30.06.2014	Saldos em 30.06.2013
Superveniência de depreciação	(57.931)	(3.100)	(61.031)	(39.615)
Saldo	(57.931)	(3.100)	(61.031)	(39.615)

c. Estimativas de realização

A Administração do Banco, fundamentado em estudo técnico que considera expectativa de geração de lucros futuros, estima a realização dos créditos tributários num prazo máximo de sete anos. O valor presente do crédito tributário está apresentado como segue:

	Valor	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano
Provisão s/operações de crédito	98.096	22.419	28.371	19.503	12.262	7.809	4.277	3.455
Créditos baixados como prejuízo	114.667	17.362	32.273	13.148	12.971	12.971	12.971	12.971
Provisão para contingências	4.169	1.189	2.344	396	240	-	-	-
Rendas a apropriar em atraso	7.304	658	1.398	1.633	1.173	871	795	776
Outros	14.531	11.605	1.667	60	1.173	26	-	-
Superveniência de depreciação	(61.031)	(19.946)	(19.590)	(12.155)	(5.716)	(3.823)	132	67
Total	177.736	33.287	46.463	22.585	22.103	17.854	18.175	17.269
Valor Presente	127.614	30.048	37.860	16.591	14.609	10.594	9.672	8.237

O Banco não possui créditos tributários não registrados nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013.

O valor presente dos créditos tributários foi calculado utilizando a taxa de mercado interbancário.

14 Demandas judiciais

- **Ativos Contingentes:** nos semestres findos em 30 de junho de 2014 e 2013 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- **Passivos Contingentes:** as provisões foram constituídas considerando critérios descritos na Nota 3.1, aprovados pela Administração e admitidos pela regulamentação em vigor, de maneira consistente, com base na avaliação de assessores jurídicos. A Administração considera remota a probabilidade de que pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.
- **Provisões Trabalhistas:** São provenientes de ações movidas, na grande maioria, por ex-empregados, que pleiteiam direitos trabalhistas que entendem devidos. A apuração das provisões trabalhistas é realizada mensalmente, a partir do valor do pedido e a probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada de acordo com os fatos e matéria de direito relativos a cada ação. Para provisão contábil consideram-se os valores classificados como perda provável.
- **Provisões Cíveis:** Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral e ou material, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a questionamento de juros e mora e ou por terem sido incluídos em sistemas restritivos de crédito e central de risco do Banco Central do Brasil. Os valores encontram-se provisionado em sua totalidade, obedecendo a escala de provisionamento de prováveis, não sendo provisionado os classificados como possíveis e remoto.
- **Provisões fiscais/previdenciárias:** os passivos de obrigações fiscais e previdenciárias decorre de ações conjunta promovida pela Federação de Bancos referente a majoração de alíquota de INSS relativo ao SAT - Seguro de Acidentes de Trabalho. O valor encontra-se integralmente

provisionado com base no depósito judicial efetuado é contabilizado na linha “outros impostos e contribuições” na rubrica “Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias”.

Natureza	30/06/2014	30/06/2013
Cível	2.247	2.479
Fiscais/previdenciárias	1.383	1.150
Trabalhistas	3.718	4.510
Total	7.348	8.139

Em 30 de junho de 2014, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível relativos a processos cíveis, cujo valor estimado de perda é de R\$ 1.455 (R\$ 2.266 em 30 de junho 2013).

Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

2014						
Provisão para passivos	31/12/2013	Adições	Atualizações monetárias	Utilização	Reversão	30/06/2014
Cíveis	6.105	1.697	-	(900)	(4.655)	2.247
Fiscais/previdenciárias	1.197	141	45	-	-	1.383
Trabalhistas	2.054	2.817	132	(150)	(1.135)	3.718
Total	9.356	4.655	177	(1.050)	(5.790)	7.348

2013						
Provisão para passivos	31/12/2012	Adições	Atualizações monetárias	Utilização	Reversão	30/06/2013
Cíveis	1.742	1.446	-	-	(709)	2.479
Fiscais/previdenciárias	1.068	54	28	-	-	1.150
Trabalhistas	4.699	2.280	189	(1.307)	(1.351)	4.510
Total	7.509	3.780	217	(1.307)	(2.060)	8.139

15 Resultado de Exercícios Futuros

Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

2014				
Rendas Antecipadas	31/12/2013	Entradas	Apropriações	30/06/2014
Arrendamento mercantil	5.438	705	(2.885)	3.258
Financiamento	2.845	1.013	(1.347)	2.511
Total	8.283	1.718	(3.232)	5.769

2013

Rendas Antecipadas	31/12/2012	Entradas	Apropriações	30/06/2013
Arrendamento mercantil	9.385	3.898	(4.375)	8.908
Financiamento	1.900	1.663	(953)	2.613
Total	11.285	5.562	(5.328)	11.518

16 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito, está representado por 456.767.074 074 (456.767.074 ações em 30 de junho de 2013) ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 24 de maio de 2013 aprovou aumento de capital social em R\$ 80.561 (oitenta milhões e quinhentos e sessenta e um mil), passando o mesmo de R\$ 376.206 (trezentos e setenta e seis milhões, duzentos e seis mil reais) para R\$ 456.767 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e sete mil reais) mediante a emissão de novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

Em 04 de julho de 2013 o BACEN aprovou o aumento de capital, conforme Diário Oficial da União nº 129 seção 3.

b. Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido do semestre nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantia futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

17 Receitas de prestação de serviços

	2014	2013
Rendas de prestação serviços-convênio (1)	29.517	56.746
Rendas de agenciamento de seguros (2)	3.762	5.314
Outras rendas de prestação de serviços	956	574
Total	34.235	62.634

- (1) Referem-se aos serviços prestados aos fabricantes e concessionárias na concessão de crédito para operações de financiamento agrícola.
- (2) Referem-se aos serviços de agenciamento de seguros de máquinas e equipamentos provenientes dos financiamentos do Banco.

18 Despesas de pessoal

	2014	2013
Despesas com salários	(12.036)	(11.282)
Despesas com indenizações trabalhistas	(3.118)	(2.446)
Despesas com férias	(1.248)	(1.179)
Despesas com benefícios	(8.451)	(4.637)
Despesas com encargos sociais	(6.850)	(5.080)
Outras despesas	(223)	(131)
Total	(31.927)	(24.775)

19 Outras despesas administrativas

	2014	2013
Despesas com emolumentos judiciais, cartoriais e outros	(5.001)	(5.212)
Despesas de seguros	(1.975)	(1.991)
Despesas com serviços de terceiros, manutenção e conservação	(6.978)	(4.091)
Despesas de processamento de dados	(1.564)	(1.513)
Despesas com serviços técnicos especializados	(40.332)	(6.610)
Despesas de comunicação	(1.319)	(1.210)
Despesas de promoções e relações públicas	(953)	(1.032)
Despesas de aluguéis	(2.087)	(1.732)
Despesas de viagem no país e exterior	(1.190)	(1.141)
Despesas de amortização e depreciação	(851)	(618)
Outras despesas administrativas	(3.425)	(1.858)
Total	(65.675)	(27.008)

20 Outras receitas e despesas operacionais

	2014	2013
Outras receitas		
Recuperação de seguro de máquinas e equipamentos (1)	2.386	2.285
Reversão de despesas com passivos contingentes	5.790	2.060
Rendas com variação monetária ativa (2)	268	135
Recuperação despesas de cartório (3)	62	108
Reversão de provisão outros passivos	413	-
Reversão de provisões operacionais	2.281	-
Reversão provisão outros valores e bens	270	-
Rendas com taxa de equalização operações de FINAME (4)	38	72
Outras rendas operacionais (5)	1.667	1.798
Total	13.175	6.458
Outras despesas		
Despesas com variação monetária passiva (6)	(297)	(248)
Despesas com provisões passivos contingentes	(1.697)	(1.446)
Outras despesas operacionais	(936)	(512)
Total	(2.930)	(2.206)

- (1) Referem-se aos valores recuperados de clientes referentes a pagamentos de prêmio de seguros de máquinas e equipamentos em atraso.

- (2) As rendas com variação monetária ativa são provenientes da atualização (TJLP + 1%) dos valores a receber do BNDES referentes aos pagamentos do passivo efetuados em 2005, 2006 e 2007 em função do processo de renegociação.
- (3) Referem-se a valores recuperados de despesas de cartório das operações de crédito em atraso.
- (4) Comissão recebida referente ao contrato de convênio com coobrigação de operação de financiamento - BNDES firmado com Banco parceiro.
- (5) Outras rendas operacionais são, principalmente, provenientes de recuperações de despesas oriundas das operações de FINAME em atraso.
- (6) As despesas com variação monetária passiva são provenientes da atualização (TJLP + 1%) dos valores a pagar aos clientes que tiveram seus contratos renegociados em 2005, 2006 e 2007 e cujas parcelas haviam sido pagas.

21 Partes relacionadas

A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda, uma subsidiária do grupo De Lage Landen que é parte integrante do grupo do Rabobank International.

As principais operações com as partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado da época da operação, podem ser resumidas como segue:

Transações com a controladora indireta De Lage Landen Internacional B.V.	2014	2013
Resultado:		
Despesa com operações de empréstimo e repasses	-	(3.763)
Despesa de serviço técnico especializado	(22.464)	(4.950)
Transações com outras partes relacionadas Banco Rabobank International Brasil S.A.	2014	2013
Ativo:		
Aplicação em operações compromissadas (Nota 4)	314.915	150.233
Aplicação em depósitos interfinanceiros (Nota 4)	123.177	100.931
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5b)	-	15.891
Passivo:		
Obrigações por empréstimos no país	531	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5b)	12.746	-
Resultado:		
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	18.551	10.608
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(9.930)	3.456
Despesa de empréstimos no país	(49)	-
Receitas de prestação de serviços	12	12

Cooperatieve Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. “Rabobank Nederland”

	2014	2013
Passivo:		
Obrigações por empréstimos no exterior (Nota 9)	110.432	-
Obrigações por repasses no exterior (Nota 10)	-	113.705
Resultado:		
Despesa de empréstimos e repasses no exterior	(5.540)	(14.611)
Transações com entidades com influência significativa sobre o Banco.	2014	2013
Resultado:		
Receitas de prestação de serviços (1)	7.950	12.270

- (1) Receita de operações subsidiadas com concessionários conveniados

Remuneração do pessoal-chave da administração

O Banco define como pessoal chave, membros da diretoria e gerência, que compõem os diversos comitês estratégicos, alinhados com o modelo de governança corporativa do Banco. Os valores destinados para essa responsabilidade estão definidos como remuneração fixa, a qual compõe os vencimentos contratuais individuais dos funcionários e remuneração variável a título de bonificação, substanciada por administração de performance, apurado anualmente. O Banco não mantém outro tipo de remuneração junto a seus colaboradores.

	2014	2013
Total pró-labore	306	397
Totais salários	4.935	2.871
Remuneração variável	1.883	2.282
Contribuição INSS	65	68
Total	7.189	5.618

Outras informações

- (a) O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.
- (b) Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para Diretores e membros do conselho de administração, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau.

22 Limites operacionais

O Banco opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do BACEN, inclusive quanto a alterações posteriores.

	Basiléia III 2014	Basiléia II 2013
Composição dos ativos ponderados		
Total do ativo ponderado pelo risco (RWA)	4.319.464	4.598.338
Ajuste para derivativos (CVA)	1.535	-
Risco de mercado - Carteira Trading (RWACAM)	4.225	-
Total do ativo ponderado pelo risco (RWA e CVA))	4.325.224	4.598.338
Percentual de cálculo da Basiléia	11%	11%
Patrimônio líquido exigido para os ativos	475.775	505.817
Risco Operacional	26.728	23.902
Patrimônio líquido exigido	502.503	529.719
Patrimônio Referência	770.665	691.041
(-) Ativos diferidos	(3.862)	(1.934)
Patrimônio Referência ajustado nível I	766.804	689.107
Capital Principal	766.804	689.107
Parcela RBAN	1.806	12.856
Margem	262.520	159.387
Índice - Total	16,79%	14,31%

23 Composição de caixa e equivalentes de caixa

O valor de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas Demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

	2014	2013
No início do semestre		
Disponibilidades	1.177	1.412
Aplicações interfinanceiras de liquidez	179.022	-
Total	180.199	1.412
No final do semestre		
Disponibilidades	236	915
Aplicações interfinanceiras de liquidez	314.915	150.233
Total	315.151	151.148

24 Estrutura de gerenciamento de risco

A Gestão de Risco é considerada uma atividade estratégica no Banco. A Área de Riscos é responsável pela divulgação, implementação e adoção das políticas, sob orientação da Diretoria Executiva e acompanhamento da área de Controles Internos. A implementação e aplicação dessas políticas se dá nas respectivas áreas executoras: Sendo a Área de Crédito para análise e concessão de crédito em Porto Alegre e São Paulo; Risco de Mercado e Liquidez pela Área Financeira e Risco Operacional em toda organização, monitorado e acompanhado pela Diretoria de Risco e Comitê de Compliance.

O monitoramento é realizado através de relatórios gerenciais trimestrais preparados pela Área de Risco e Financeira, os quais são apresentados à Diretoria Executiva com análise específica, comentários e recomendações elaboradas pela Área de Riscos sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos e os direcionamentos e ações propostas.

Os principais riscos relacionados às operações do Banco são risco de crédito, risco de mercado e risco operacional:

- Risco de crédito: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor. A área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da Resolução nº 2.682/99, permitindo a classificação de risco de toda a base de clientes da instituição. As áreas de concessão de crédito utilizam-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes.
- Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.
- Risco de mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco implementou política de Gestão de Riscos de Mercado, consoante com a regulamentação baseado na Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN. A área de Gestão de Riscos monitora de forma independente das áreas executoras os níveis de riscos de mercado, bem como a aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas. O

Banco se encontra apto a atender as exigências do BACEN que tratam da estrutura de gerenciamento do risco de mercado.

Sua atual estrutura contempla um Diretor específico eleito em Assembléia Geral, analista devidamente treinado e experiente no mercado além da Gerência de Crédito em Porto Alegre e área de crédito em São Paulo de forma matricial para acompanhamento e monitoramento de Risco de Crédito e Operacional, além da Diretoria Financeira para Risco de Mercado.

O Banco, preocupado com as melhores práticas do sistema financeiro, instituiu política Corporativa que versa sobre o Gerenciamento do Risco Operacional. Referida política encontra-se devidamente aprovada pela Diretoria observando-se os preceitos dos dispositivos do Novo Acordo de Mensuração de Capital - Basileia II, ratificados no Brasil pela Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do CMN e dispositivos complementares.

O sistema de Gerenciamento de Risco Operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos.

Cabe a Área de Gestão de Riscos a responsabilidade pela gestão central do Risco Operacional, monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas a correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando-se matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site www.bancodll.com.br

25 Outras informações

- a.** Despesas tributárias referem-se, substancialmente, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, no valor total de R\$ 1.055 (R\$ 1.154 em 30 de junho de 2013), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4% no valor total de R\$ 6.493 (R\$ 7.104 em 30 de junho de 2013), e ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% no valor total de R\$ 3.329 (R\$ 3.944 em 30 de junho de 2013).
- b.** O Banco firmou um contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação. As comissões estão registradas na rubrica “Outras receitas operacionais” (vide Nota 20) e a provisão para perdas estão contabilizada na rubrica “Outras Obrigações - Diversas” (vide Nota 12.c). As parcelas honradas estão registradas na rubrica “Avais e fianças honradas” (vide Nota 6.a) e a provisão para perdas para estas parcelas está registrada na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (vide Nota 6.a).
- c.** Não houve perda de *impairment* reconhecida durante o semestre findo em 30 de junho de 2014 e 2013.
- d.** Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não esperamos impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis.

- e. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus Colaboradores e Administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 324 em 30 de junho de 2014 (R\$ 360 em 30 de junho de 2013). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida.